

DIÁLOGO ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: A LINGUAGEM LITERÁRIA COMO UMA DAS REPRESENTAÇÕES DE MUNDO

Renato de Oliveira Dering¹ e Thais Fernanda Silva²

RESUMO

O presente artigo visa elucidar questões relacionadas entre literatura e realidade, no que tange ao processo de criação do texto ficcional. Para isso, são tecidas discussões que permeiam desde o conceito do que é literatura, até a sua relação com a cultura, a história e a sociedade. Dessa forma, faz-se necessário refletir sobre os caminhos trilhados por alguns autores da literatura brasileira, no processo de criação da prosa literária, a fim de entender como a própria realidade se manifesta na ficção, e de que forma essa manifestação influencia nos objetivos da literatura.

Palavras-chave: Literatura, ficção, representação social.

DIALOGUE BETWEEN FICTION AND REALITY: THE LITERARY LANGUAGE AS ONE OF THE WORLD REPRESENTATIONS

ABSTRACT

This article aims to clarify related issues between literature and reality, in relation to the process of creation a fictional text. Discussions that permeate through the concept of what literature is, until its relationship with culture, history and society. This way, it is necessary to reflect on the paths followed by some authors in the Brazilian literature, the process of creating the literary prose, how the reality is expressed in fiction, and how this form of manifestation influences the goals literature.

Key words: Literature, fiction, social representation

¹ Mestre em Letras: Estudos Literários (UFV) e Graduado em Letras: Português (FL/UFMG). Goiânia – Goiás - Brasil. E-mail: renatodering@gmail.com

² Doutoranda em Letras: Estudos Literários (UNESP/ASSIS), Mestra em Letras: Estudos Literários (UFV) e Graduada em Letras: Português (UFOP). Bebedouro - São Paulo - Brasil. E-mail: thaisfsilva@ymail.com

INTRODUÇÃO

“Negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade”.

Antonio Candido

“A boa ficção tem mais peso do que a modesta realidade”. A frase dita por Maria Luíza de Queiroz (1998), irmã da escritora Rachel de Queiroz, mostra-se muito significativa para a literatura, pois nos faz refletir sobre a linha divisória entre a realidade e a arte. Afinal, o que separa esses dois campos de fruição humana? Quais são as influências que uma exerce sobre a outra?

O presente artigo visa levantar pontos de discussão que permitam um diálogo entre a realidade e ficção. Através de uma pesquisa bibliográfica, foram propostas discussões que entrelaçam os conceitos do literário, bem como suas interseções com a cultura, a história e a própria sociedade. A reflexão permeia, dessa forma, alguns aspectos da literatura brasileira, no processo de criação da prosa literária, com o intuito de entender como a realidade se manifesta na ficção. Do mesmo modo, observa-se como as manifestações podem influenciar os objetivos propostos pela arte, no caso, a literatura.

PERCORRENDO AS TRILHAS DA ARTE E REALIDADE

É inegável a presença do real sob a literatura no passar dos tempos, logo, é interessante questionar a possibilidade em separar, absolutamente, dois elementos tão entrelaçados, tão dependentes um do outro. Isto é, é possível conceber a arte sem que haja experiências reais, concretas? Ou ainda, haveria alguma possibilidade de entender a origem do

processo de criação literária, sem considerar a própria realidade?

Se considerarmos o fato de que a literatura possui a inconfundível função de exprimir condições de alegria, de indignação, certezas e dúvidas do homem diante do mundo e da realidade que o cerca, veremos que as experiências reais se confundem e se misturam, num processo de criação e descoberta da própria vida. É assim em Eça de Queiroz, com seus personagens constituídos de tantos caracteres reais, como as ambições, o desejo, a vulnerabilidade e a vingança, por exemplo.

Do mesmo modo em que percebemos essas recorrências de constituição nas obras de Jorge Amado, Erico Veríssimo, Aluísio de Azevedo e tantos outros escritores, que souberam utilizar elementos das mazelas sociais, aproveitando-os para transformá-los em matéria de conhecimento do público. Público esse que, se até então, sempre pareceu não se questionar ou não se importar com determinadas atitudes sociais, pelo menos, passou a se ver retratado em muitas páginas literárias.

Por outro lado, os conceitos e as ideias de literatura nem sempre foram os mesmos. Em *Teoria da Literatura: uma introdução*, o teórico Terry Eagleton (2006) afirma que:

Na Inglaterra do séc. XVIII, o conceito de literatura não se limitava, como costuma ocorrer hoje, aos escritos “criativos” ou “imaginativos”. Abrangia todo o conjunto de obras valorizadas pela sociedade: filosofia, história, ensaios e cartas, bem como poemas. Não era o fato de ser ficção que tornava um texto literário – o séc. XVIII duvidava seriamente se viria a ser literatura a forma recém-surgida do romance – e sim sua conformidade a certos padrões de “belas letras”. (EAGLETON, 2006, p.25)

Diante dessas perspectivas, a concepção do texto literário era puramente ideológica. A literatura restringia-se aos valores e gostos de uma determinada camada social e se desenvolvia de acordo com os critérios previstos pelo cânone. Ou seja, o caráter ideológico dos textos literários servia de mecanismo para legitimar os interesses de um grupo social, e não de todos. Temas como racismo, colonialismo, práticas machistas e homofóbicas, por exemplo, por muito tempo não foram questionadas, justamente por comprometer e, talvez, desestabilizar o poder hegemônico social, isto é, o cerne da sociedade.

É perceptível que em meados do século XIX e início do século XX, em pleno processo de desenvolvimento mundial, a sociedade não parecia reconhecer de nenhuma forma a importância e o valor do negro como ser humano e ser social, e a mulher como indivíduo potencialmente capaz. Obras como as de Monteiro Lobato e Machado de Assis, no Brasil, nos dão esse panorama. Logo, é através da arte que esses e tantos outros traços do comportamento e das relações sociais, foram apresentados e delineados, assim, apontados principalmente através da literatura.

Se a leitura desses brasileiros, ou de tantos outros nomes não serviu para humanizar leitores, pode-se considerar que o choque e a tomada de consciência provocados por seus textos, foram inevitáveis. Tais características (principalmente a tomada de consciência) explicariam, por exemplo, o fato de leitores como Adolf Hitler serem tão desumanos e inescrupulosos e, no entanto, constituírem-se também, em leitores compulsivos, apreciadores de obras como “Die Welt als Wille und Vorstellung (O Mundo como vontade e representação)”, do pensador Schopenhauer, de 1818, *Lei do Mundo*, de Max

Riedel, e o “Corpo, espírito e razão viva”, de Dicaearchos Carneades, filósofo grego.

Antonio Candido, em seu texto *O Direito a literatura*, nos mostra como a sociedade pode ser paradoxal, pois ao mesmo tempo em que se racionalizou, por meio do conhecimento adquirido através das letras, tornou-se irracional, isto é, da mesma forma que utiliza a literatura para avançar socialmente, faz uso do conhecimento como ferramenta de poder e de manipulação social. “Portanto, podemos dizer que os mesmos meios que permitem o progresso podem provocar a degradação da maioria” (CANDIDO, 1995, p.235), como é, novamente, o caso de Hitler. A construção de sua formação intelectual através da fruição literária, não serviu para humanizá-lo e nem utilizar seu poder persuasivo para melhorar as condições humanas da sociedade alemã. Hitler, pelo contrário, foi além disso, com sua consciência provinda das belas-letas fez uso do discurso literário para propagar e legitimar sua ideologia preconceituosa, promovendo uma barbárie que dizimou milhões de vidas, numa atitude de crueldade para alcançar suas convicções.

Assim, o mal que as pessoas provocam, seja diretamente ou através do abuso de poder, parece normal e aceitável para um determinado grupo social, contudo, promover a banalização de alguns cernes da sociedade não é, por assim dizer, uma maneira de degradá-la? Candido (1995) ainda acrescenta:

[...] o valor de uma coisa depende em grande parte da necessidade relativa que temos dela. O fato é que cada época e cada cultura fixam os critérios de incompressibilidade, que estão ligadas à divisão da sociedade em classes, pois inclusive a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas de que o que é indispensável para uma

camada social não o é para outra. (CANDIDO, 1995, p. 240)

Se a literatura não possui a capacidade e o poder humanizador, então qual é sua função social? Seria então melhor banir os cursos de Letras? Evidentemente que não! A relação entre a linguagem e o mundo, ora dura, ríspida, concreta, ora suave, sensível e fluída, mostra-nos o quanto é pequena a distância que separa as coisas da própria palavra. E a literatura, enquanto representação do real, fornece ao leitor não um retrato fiel e idêntico daquilo que lhe é corriqueiro, mas a possibilidade de, a partir do comum, transformar-se em múltiplas possibilidades. De acordo com Roger Chartier, o poder da literatura é tão significativo, que se torna capaz de repercutir a mudança de posicionamentos e visões de mundo. “Os intelectuais esquecem que por meio de um livro pode-se transformar a visão do mundo social e, através da visão de mundo, transformar também o próprio mundo social” (CHARTIER, 1996, p.243)

Corroborando com nossa proposta, de acordo com o escritor italiano Umberto Eco, “a literatura mantém em exercício, antes de tudo, a língua como patrimônio coletivo” (ECO, 2003, p10), ou seja, a língua retrata a sociedade, e a reitera enquanto patrimônio histórico-sociocultural. Eco acrescenta ainda que “o mundo da literatura é um universo no qual é possível fazer testes para estabelecer se um leitor tem o sentido da realidade ou é presa de suas próprias alucinações” (ECO, 2003, p.15).

Deixemos aqui alguns questionamentos: deveríamos, então, enquanto leitores que somos, degustar a literatura para entendermos a vida? Ou a própria vida é inspirada e baseada

na ficção? É exatamente nesse jogo de avanços e recuos que a literatura se manifesta, em sua forma às vezes transcendente, às vezes radical. E dizemos radical, porque nem sempre a literatura vem para confirmar o conhecido; ela permite também, o confronto, o desajuste com aquilo que nos é naturalmente compartilhado. Assim, Lajolo (1985) afirma que,

Ao mesmo tempo em que cola o homem às coisas, diminuindo o espaço entre o nome e o objeto nomeado, a literatura dá a medida do artificial e do provisório da relação. Sugere o arbitrário da significação, a fragilidade da aliança e, no limite, a irredutibilidade de cada ser. É, pois, esta linguagem instauradora de realidades e fundante de sentidos a linguagem de que se tece a literatura (LAJOLO, 1985, p.37).

Antonio Candido considera que toda obra literária é antes de tudo forma, é uma construção. Segundo o autor, as palavras adquirem coerência e força no modelo de organização em que são colocadas (CANDIDO, 1995). Essa organização consciente se manifesta no indivíduo leitor, ainda que inconscientemente. “A produção literária tira as palavras do nada e as dispõe como todo articulado. Este é o primeiro nível humanizador [...]. A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar, em seguida, a organizar o mundo” (CANDIDO, 1995, p.245-246).

Ainda na busca por uma definição das relações entre literatura e realidade, apoiamo-nos no conceito de Hayden White (WHITE, 2005), sobre o papel do historiador e do romancista. Para ele,

[...] o objetivo de um romancista deve ser o mesmo do de um historiógrafo.

Ambos pretendem apresentar uma imagem verbal da “realidade”. O romancista poderá apresentar a sua noção dessa realidade de forma indirecta, ou seja, através de técnicas figurativas, em vez de apresentar de forma directa (...), através do registro de uma série de proposições supostamente correspondentes, ponto por ponto, (...) de acontecimentos ou ocorrências, tal como o historiador afirma fazer. (...) **A imagem da realidade que o romancista assim constrói pretende corresponder (...), a um determinado domínio da experiência humana que não é menos “real” do que aquele que é referido pelo historiador**³. Assim, não se trata de um conflito entre dois tipos de verdade [...]. (WHITE, 2005, p.44)

Dessa forma, a linha que separa a ficção da realidade é frágil e superficial, já que, muitas vezes, relatos reais e literários se confundem, se misturam, se complementam, porque tanto um quanto o outro pretende apresentar sua versão do real, sua “imagem verbal da realidade”. White (2005) ainda acrescenta:

[...] qualquer ficção tem de passar um teste de correspondência (tem de ser “adequada” como imagem de algo que está para além dela mesma) caso pretenda representar um exemplo ou uma revelação da experiência humana do mundo. (WHITE, 2005, p.45)

Nesse sentido, a epígrafe “negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade” (CANDIDO, 1995, p.256), proposta por Candido e disposta no início deste artigo, serve não apenas para corroborar com a ideia de que a literatura não é mero objeto de abstração, mas para dar ênfase a ideia de que ela caminha

³ Grifo nosso.

junto à humanidade na luta por seus direitos. Mas nessa luta por representar os anseios do ser humano, a literatura não tem o poder (e nem o comprometimento) de fazer o leitor sentir-se bem ou mal com a vida; ela apenas diz, independente do que se trata e de quem a leia. Sua repercussão dependerá da forma como for lida, como for utilizada. “Creio que esta educação ao fado e à morte é uma das funções principais da literatura” (ECO, 2003, p.21). Candido (1995) ainda ressalta:

Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. (Candido, 1995, p.243)

A literatura enquanto mimesis demonstra que não é possível estabelecer uma representação das ações humanas se não for por meio da linguagem. Desde os primórdios da humanidade, o homem utilizou as letras e os símbolos para se representar e, assim, constituir-se historicamente. Dessa forma, segundo Manuel Antonio de Castro (1999), o real é a verdadeira ficção. “O vigor da manifestação é a mimesis. O meio de manifestação é a metáfora e mimesis, o seu vigor. Nesse fazer o poeta se exerce historicamente, manifestando a sua historicidade” (CASTRO, 1999, p.59).

Para Meyer (1986),

Se não fosse a literatura – poesia, ficção – nada saberíamos do mistério individual dos outros, do seu mundo interior, da multiplicidade psicológica

do homem. O terreno da literatura é (...) aquela parte dos outros, ou de nós mesmos, que só pode ser conhecida através da confiança. Sob este ponto de vista, os pobres psicólogos devem tudo aos escritores. A maior riqueza de revelações psicológicas está acumulada em dramas, romances, poemas, autobiografias, onde aparece o homem real concreto na sua “vivência” irredutível à observação exterior. E a literatura é confissão directa ou indirecta, confiança ou lirismo. ‘Madame Bovary c’est moi’, dizia Flaubert, desmentindo todas as teorias estéticas. Por isso mesmo, o exercício da leitura, que parece uma simples forma do prazer artístico, pode ser interpretado como necessidade de simpatia humana e de compreensão psicológica. A leitura me parece uma escola de boa vontade. (MEYER, 1986, p. 8-9)

Logo, a frase inicial do presente artigo, “a boa ficção tem mais peso do que a modesta realidade” (QUEIROZ e QUEIROZ, 1998), é muito significativa, porque remete ao verdadeiro carácter do objeto literário: o de considerar que aquilo que é vivido pelo ser humano, enquanto sujeito instituído num meio e numa instância social, pode vir a adquirir outros significados, e outras proporções de valores através da literatura; tudo depende das experiências sociais e das expectativas de leitura de cada um. Se a vida imita a arte, não se sabe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode dizer é que, definitivamente, a arte se inspira na vida, em uma relação mútua de possibilidades. Ambas não transmitem nada que não se precise, elas criam; não revelam nada que não seja tão óbvio, sugerem.

E assim, o mundo da literatura, como o da própria linguagem, é o mundo da possibilidade ou ainda, como afirmou o poeta Mário Quintana, a literatura (ou os livros) não pode modificar o mundo, porque isso são as pessoas quem o fazem; quem realmente irá mudar o mundo são as pessoas que dele fazem parte. No entanto, os livros é que mudam as pessoas.

Percebe-se, portanto, uma relação indissociável entre a arte e a realidade, principalmente no que confere suas funções enquanto fruição da vida humana. A literatura, mesmo enquanto texto ficcional, não se limita a mera representação da vida, mas dialoga com ela e dela faz parte, assim como seus sujeitos. Por assim ser, “é importante se ater que nas últimas décadas tivemos a passagem de um sujeito liberto para um *sujeito libertino*” (DERING, 2014, p.157, grifo do autor). Antes, preso em uma sociedade limitadora e, agora, em descoberta.

Pode-se compreender tal posicionamento pela linha cronológica a qual o conceito de literatura passou, desde algo meramente “imaginativo” e “fabuloso” até sua valorização enquanto um conjunto de obras importantes e necessárias para as sociedades por seu teor reflexivo, intelectual e dialógico. Assim, o que se vê, nessa perspectiva, é a extrapolação do literário e sua relação com os sujeitos produtores e recebedores dessa arte.

Destaca-se, nesse sentido, o fundamental papel do literário na concepção e discussão de conceitos e pré-conceitos constituídos social e culturalmente, como é o caso, por exemplo, do machismo ou feminismo, dentro de uma sociedade patriarcal a qual o Brasil cresceu. Isso retoma a posição de Candido (1995) ao refletir sobre os meios de progresso de uma dada sociedade.

Assim, entender a influência da fruição das artes não é apenas abrir o palco de discussões sobre sua inserção nos contextos sociais, mas também crer na efetiva necessidade e importância que elas mantiveram e ainda mantêm nesses contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3ª edição, São Paulo, Duas Cidades, 1995

CASTRO, M. A. de. A Natureza do Fenômeno Literário. In: SAMUEL, R. (Org.). **Manual de teoria literária**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHARTIER, R. (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo. Estação Liberdade, 1996.

DERING, R. “Pós modernidade e estudos de cultura industrial: reflexões acerca de conceitos

e ponto limítrofe”. **Revista Entrelaces**. v.4, n. 4. p. 156-168, Set. 2014.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura: uma introdução**. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ECO, U. **Sobre literatura**. Editora Record, São Paulo, 2003.

LAJOLO, M. **O que é literatura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição. São Paulo, 1985.

MEYER, A. **Textos críticos**. São Paulo: Perspectiva/INL, 1986, pp. 8-9.

QUEIROZ, R. de; QUEIROZ, M. L. de. **Tantos anos: uma biografia**.

São Paulo, Arx, 2004.

WHITE, H. As ficções da representação factual. In: SANCHES, M. R. (Org.). **Deslocalizar a Europa**. Lisboa: Cotovia, 2005.

EU ENSINO, TU ENSINAS, ELE ENSINA E NÓS APRENDEMOS: DIFERENCIAÇÃO DO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA MATERNA (L1), SEGUNDA LÍNGUA (L2) E LÍNGUA ESTRANGEIRA (LE)

*Eduardo Dias da Silva¹
Yéris Gerardo Láscaz-Alarcón²*

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa exploratória é concretizada neste artigo como uma contribuição sobre a diferenciação entre os termos língua materna (L1), segunda língua (L2) e língua estrangeira (LE) quanto ao ensino de Português. Para os envolvidos no ensino de línguas – professores, aprendentes, produtores de materiais – entender a abordagem de como a língua é ensinada torna-se um aspecto importante tanto para o enfoque em sala de aula, como para a elaboração de materiais didáticos, métodos e técnicas quanto para a abordagem linguística, linguageira, cultural, intercultural, sociodiscursiva, entre outras. Compreendemos que a formação do professor, a abordagem utilizada em sala de aula de língua, os materiais, a avaliação e o método traduzem o processo de ensino e aprendizagem. E esse é o primeiro passo para que o ensino de línguas (L2 ou LE) inspire políticas promissoras de ensino de Português.

Palavras-chave: Ensino e aprendizagem. Ensino de Português. Métodos de ensino de línguas. Consciência linguística

I TEACH, YOU TEACH, HE TEACHES AND WE LEARN: DIFFERENTIATION OF TEACHING PORTUGUESE AS NATIVE LANGUAGE (L1), SECOND LANGUAGE (L2) AND FOREIGN LANGUAGE (FL)

ABSTRACT

This exploratory qualitative research presented in this article as a contribution to the differentiation between the terms native language (L1), second language (L2) and foreign language (LE) in the Portuguese teaching. For those involved in language teaching - teachers, learners, materials producers - understand the approach of how the language is taught becomes an important aspect

¹ Doutorando em Literatura e Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de Educação Básica na SEEDF, Pesquisador do GECAL/CNPq e FORPROL/CNPq. edu_france2004@yahoo.fr

² Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do GECAL/CNPq. profyeris@gmail.com